

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Até que ponto Bolsonaro manterá liderança preso?

Já começou o pós-Bolsonaro?

A condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro ao final do julgamento que começa nesta terça-feira (2) na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) é coisa líquida e certa. A essa altura, mesmo o próprio Bolsonaro já não tem esperança de uma sentença diferente. No máximo, o que ele acalenta é a possibilidade de uma pena menor que a máxima. Seu maior oti-

mismo abraça-se a uma hipótese de prisão domiciliar por conta da idade e da saúde – mas mesmo isso é considerado improvável. Diante disso, já não seria exagero se falar um pós-Bolsonaro. Para onde irá a onda de direita que ele começou a erguer com sua eleição em 2018? Para ajudar nessas respostas, o Correio Político ouviu o cientista político Isaac Jordão.

Tamanho

Para Jordão, como ficará o tamanho da liderança de Bolsonaro após a condenação e a prisão é uma coisa ainda nebulosa. As pesquisas indicam a força do ex-presidente sobre uma massa de eleitores hoje de pelo menos 30%. Mas, sem ele, para onde esses eleitores iriam?

Direita

Esses eleitores hoje votam em Bolsonaro ou votam em qualquer candidato de direita com perfil semelhante? O que eles considerariam um perfil semelhante? O definidor, nesse caso, será o aval de Bolsonaro, a benção do ex-presidente? A sua clara indicação?

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Prisão domiciliar já teria silenciado Bolsonaro

Se controlar timing, Bolsonaro define segundo turno

Para Isaac Jordão, se Jair Bolsonaro for capaz de controlar o timing do momento da sua benção, o ex-presidente poderá ser o definidor do segundo turno em 2026. “O que parece certo, pelo cenário de hoje, é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará no segundo turno”, diz o cientista político. Em 2018, mesmo preso, avalia

Jordão, Lula conseguiu controlar o tempo da indicação de Fernando Haddad como seu candidato. Conseguiu levar Haddad ao segundo turno com Bolsonaro. Mas Haddad perdeu a eleição no final. Para alguns, no caso o timing teria sido longo demais: dificultou a construção da candidatura de Haddad.

Lula

Em 2018, Lula conseguiu manter mobilizado um grupo de militantes em frente à sua cela na Polícia Federal em Curitiba. E interlocutores que o visitavam ajudavam a fazer a intermediação. Bolsonaro terá a mesma capacidade? Talvez dependa de onde ficará preso.

Abril

Um momento crucial será o mês de abril, prazo para desincompatibilização de outros cargos. Momento em que Tarcísio terá de definir se deixa o governo de São Paulo para arriscar a candidatura à Presidência ou se tentará a reeleição. Bolsonaro consegue levar seu tempo até lá.

Domiciliar

Isaac Jordão observa que mesmo a prisão domiciliar agora já teria diminuído um pouco a capacidade de liderança de Bolsonaro. Mas ele ainda existe. E os candidatos do campo da direita, especialmente o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, esperam isso.

Férias

Em um país em crise permanente, é impossível prever o melhor momento para tirar férias. Desde o início do ano, nos organizamos para tirar as nossas agora. De longe, porém, vamos acompanhar o desfecho do destino do país. Para novas análises em um mês. Até lá!

Semana gira em torno de julgamento de Bolsonaro

No Congresso, CPMI do INSS segue depoimentos

Por Gabriela Gallo

Nesta terça-feira (2) se dará início ao julgamento dos réus do núcleo um do plano de tentativa de golpe de Estado na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Os julgamentos dos oito réus do núcleo principal da trama golpista ocorrerão nesta terça e quarta-feira (3), e nos dias 9, 10 e 12 de setembro. Dos oito réus que serão julgados, os holofotes estarão voltados para o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PL), que atualmente está em prisão domiciliar cautelar por descumprir medidas cautelares. De acordo com a Suprema Corte, 3,3 mil pessoas se inscreveram para acompanhar o julgamento presencialmente – destas, a previsão é que compareçam 501 jornalistas de diversos veículos de comunicação do país.

Além de golpe de Estado para manter Jair Bolsonaro no poder, o plano também previa o assassinato do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro do Supremo Alexandre de Moraes, que na época era presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso estava previsto na vertente da trama “Punhal Verde e Amarelo”.

A expectativa é que todos os réus sejam condenados culpados, mas ainda há a possibilidade de algum ministro da Primeira Turma pedir vista (mais tempo de análise). As divergências devem ocorrer nas dosimetrias das eventuais penas.

Congresso



Mais de 3 mil pessoas se inscreveram para assistir ao julgamento

Apesar da atenção da semana estar voltada para o início do julgamento dos réus da trama golpista, também contará com as discussões e votações de diversos projetos relevantes no Congresso Nacional. A priori, a próxima reunião de líderes da Câmara dos Deputados, originalmente marcada para a próxima terça-feira, discutirá a PEC da Blindagem, Proposta de Emenda à Constituição que impede a prisão em flagrante de deputados federais e senadores se não tiver o aval dos próprios congressistas – desconsiderando crimes hediondos. No entanto, devido à falta de acordo entre os parlamentares com o relatório do deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-PB), a tendência é que a votação do texto seja adiada.

Ainda na Câmara, o Partido Liberal e demais parlamentares que compõem a oposição declararam que focarão nesta semana em pautar e discutir o projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

CPMI

Além disso, nesta segunda-feira (1º) está agendada a próxima reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará os desvios indevidos de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Está convocado para depor da sessão desta segunda o advogado Eli Cohen, que contribuiu nas investiga-

ções iniciais que desencadearam na Operação Sem Desconto da Polícia Federal (PF) – operação que escancarou os desvios dos recursos.

Tarifaço

Com a implementação das tarifas de 50% impostas a produtos brasileiros pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), está previsto para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal discutir, e eventualmente votar, o projeto de lei complementar (PLP) nº 168/2025 que oferece medidas para proteger as exportações brasileiras. Com relatoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), o PLP cria dispositivos para mitigar os efeitos do tarifaço.

Celso Sabino segue no governo, até segunda ordem

Por Gabriela Gallo

Após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrar maior fidelidade aos ministros do Centrão que compõem a Palácio do Planalto, a permanência do União Brasil no poder Executivo é incerta. Nesta quarta-feira (3), o União Brasil realizará uma reunião com membros do partido para definir se a sigla permanecerá com seus representantes no Palácio do Planalto ou se deixarão o poder Executivo. Nos bastidores, a expectativa é que a sigla deixe o governo.

Os ministros do União Brasil no governo são: Celso Sabino (Turismo), Frederico Siqueira (Comunicações) e Waldez Goés (Integração e Desenvolvimento Regional). Porém, com uma eventual saída da sigla do governo, a tendência é que somente Celso Sabino deixe o cargo. Isso porque Frederico Siqueira e Waldez Goés são avaliados como nomes apadrinhados exclusivamente pelo presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP).

Na sexta-feira (29) chegou a circular a informação de que o Celso Sabino já estava decidido a deixar o Ministério do Turismo. Porém, ao Correio da Manhã, a assessoria de comunicação dele negou a informação. “O ministro do Turismo, Celso Sabino, segue trabalhando pelo turismo e desenvolvimento do Brasil, não sendo verídicos os rumores sobre a sua saída da Pasta. Nesta sexta-feira (29), cumpriu agenda em Belém



Situação de Sabino deve ser definida na quarta

(PA), onde comandou a instalação das primeiras placas de sinalização turística da cidade. A ação recebeu R\$ 4,7 milhões do Ministério do Turismo”, destacou a comunicação de Sabino.

Em um vídeo divulgado pela assessoria do ministro, ele próprio aparece negando a sua saída do cargo. Contudo, apesar de confirmar que permanece atuando no posto, ele disse que “não tem nenhuma decisão tomada”.

“Não tem nenhuma decisão tomada ainda, continuo seguindo firme com meu trabalho aqui no Ministério do Turismo”, afirmou Celso Sabino.

Entenda

Na reunião ministerial, que ocorreu na última terça-feira (26), Lula fez um discurso di-

recionado para os ministros do União Brasil e do PP cobrando apoio dos ministros e reiterou que, caso os representantes da sigla não se sintam confortáveis em defender os interesses do governo, eles deveriam se retirar. Os representantes do PP no governo são André Fufuca, ministro dos Esportes, e Carlos Antônio Vieira Fernandes, presidente da Caixa Econômica Federal.

Lula direcionou a fala para que os ministros alinhassem com as bancadas do Congresso Nacional para votar e defender projetos de interesse do governo – o que não vem acontecendo nas últimas pautas do Executivo, como a derubado do decreto presidencial que aumentava o Imposto

sobre Operações Financeiras (IOF). Além disso, os eventos de lançamento da Federação União Progressista (a junção entre o União Brasil e o PP) foram marcados por discursos contra o governo.

Após a reunião, o presidente nacional do União Brasil, Antonio Rueda, usou suas redes sociais para responder às cobranças do presidente da República.

Ele disse que a fala de Lula “evidencia o valor da nossa independência e a importância de uma força política que não se submete ao governo”.

No dia seguinte à reunião, a bancada do União Brasil na Câmara dos Deputados encaminhou uma carta ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), posicionando “apoio irrestrito” ao presidente do partido, Antonio Rueda.

No documento, a bancada reiterou que “a independência do União Brasil é valor essencial para o fortalecimento da democracia brasileira”.

“Como bem destacou o presidente Rueda, o convívio institucional não se mede por afinidades pessoais, mas pelo respeito às instituições e às responsabilidades de cada um. Nossa atuação, no Parlamento e na vida pública, é guiada pela construção de soluções que atendam aos interesses da sociedade, e não por demonstrações de desafeto. A bancada do União Brasil entende que a pluralidade e a autonomia partidária são pilares da democracia”, destacou a carta.